

# Aureliano aceita a candidatura se houver dois anos de presidencialismo

BRASÍLIA — Um acordo que garanta pelo menos dois anos de sistema presidencialista ao sucessor de José Sarney será suficiente para atender à principal condição imposta pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para lançar sua candidatura à Presidência da República. Dois dirigentes pefelistas, ao divulgarem ontem esta informação, lembraram que, anteriormente, o Ministro exigia um mandato inteiro sob o presidencialismo. Eles disseram que Aureliano comunicou sua nova posição à Direção do PFL na noite de quinta-feira.

Quando iniciar conversações com os demais partidos, na próxima semana, à procura de um acordo que adie a implantação do parlamentarismo, o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), defenderá a manutenção do sistema atual até o fim do mandato do próximo Presidente. Maciel sustentará esta tese o quanto puder, embora tenha autorização de Aureliano para aceitar a implantação do parlamentarismo no início do terceiro ano de mandato.

Mas, na esperança de evitar o parlamentarismo, Maciel deixou a reunião de quinta-feira admitindo a mudança de sistema apenas no último ano de mandato do futuro Presidente. Ele confia nos efeitos de um trabalho intenso para derrotar, em dezembro, no plenário da Constituinte, a proposta aprovada da Comissão de Sistematização. No PFL, acredita o Senador, os principais obstáculos à unanimidade em torno do presidencialismo são o Senador Afonso Arinos e a Deputada Sandra Cavalcanti, ambos do Rio.



Aureliano, sorridente, deixa a casa de Ulysses acompanhado por Maciel

Caso fracasse a tentativa de adiar indefinidamente a implantação do parlamentarismo, o Presidente do PFL passará a defendê-la para o terceiro ano do mandato do sucessor de Sarney. Argumentará com a necessidade de que o parlamentarismo entre em vigor com um novo Congresso que, espera, deverá corresponder a uma nova correlação de forças.

Na avaliação dos Senadores Maciel, Carlos Chiarelli (RS), Guilherme Palmeira (AL) e Jorge Bornhausen (RS), que se reuniram com Aureliano na quinta-feira, a candidatura do Ministro fortalecerá o partido nos municípios, ampliando suas

bases e criando estrutura sólida para ampliar as bancadas estaduais e federais nas eleições de 1990. Isto reduziria o risco de que, Aureliano eleito, o parlamentarismo entrasse em vigor em 1991 com um PFL pouco vigoroso em Brasília e nos Estados. Hoje, o partido tem apenas um Governador — Antônio Carlos Valadares (SE), afastado da cúpula — e uma bancada federal inferior à metade da representação do PMDB.

Se o presidencialismo não for mantido e Aureliano não for candidato, Maciel vê um desdobramento natural:

— No parlamentarismo, será a vez de Ulysses.

## Maciel confirma e já se prepara para a campanha

SÃO PAULO — Ao confirmar a candidatura do Ministro Aureliano Chaves à Presidência da República, o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, anunciou ontem sua disposição de começar a trabalhar, inclusive dialogando com os presidentes de outros partidos, para conseguir mudar o sistema de governo aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Maciel foi com Aureliano fazer uma visita ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao sair disse que está sentindo a tese do presidencialismo refortalecida na Assembléia.

A eleição em 88 é, segundo Maciel, irreversível, pois a tendência do plenário é "sacramental esta decisão da Comissão de Sistematização".

— Devemos agora nos preparar para lançar candidatos, definir programas de trabalho e iniciar a campanha — declarou.

Segundo ele, a candidatura Aureliano só está dependendo da definição do sistema de governo e de uma consulta formal às bases do PFL. Ele não vê problemas:

Aureliano negou que esteja pen-

sando em participar de alguma articulação para derrotar o parlamentarismo e evitou, ao fim da visita a Ulysses, falar em política. Só respondeu diretamente a uma pergunta: se seria candidato no parlamentarismo por tempo integral. Sua resposta foi: "Claro que não".

Segundo os pefelistas, Aureliano é nome forte mas não admite candidatar-se para exercer todo o mandato no sistema parlamentarista. Isso levará o partido a manter entendimentos com os outros partidos, em busca de um acordo sobre o sistema de governo antes da votação no plenário.

Dentro da estratégia de campanha, o PFL inicia na próxima semana uma ofensiva em três frentes, destinada a obter respaldo popular, coesão interna para a sucessão presidencial e um acordo interpartidário que adie a implantação do parlamentarismo. Essa mobilização foi determinada quinta-feira, durante a reunião de Aureliano com os Senadores Marco Maciel (PE), Carlos Chiarelli (RS), Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL).

Os dirigentes pefelistas decidiram

intensificar a campanha por eleições gerais no próximo ano, tese que, na sua avaliação, tem muito boa receptividade no povo e grandes chances de obter maioria na Constituinte.

Ao mesmo tempo, o PFL irá às bases em busca de coesão para enfrentar a sucessão presidencial. Uma reunião da Executiva, na semana que vem, definirá a forma e o conteúdo da consulta aos filiados.

A cúpula do PFL não espera o surgimento de outro candidato dentro do partido. Acreditada na unanimidade. Tem dúvidas, no entanto, se as bases darão ampla preferência por participar com chapa própria do primeiro turno da eleição. Há divergências na direção do partido quanto à conveniência de lançar candidatos próprios a Presidente e a Vice.

O Senador Marco Maciel pensa que o Vice deve ser procurado em outro partido. O Líder no Senado, Carlos Chiarelli, acha que o PFL deve esperar o segundo turno para coligar-se, prevendo que o Ministro das Minas e Energia saia do primeiro turno como o candidato mais votado.

## Senador acha cedo para definir o nome do PMDB

RECIFE — O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, (PMDB-SP) disse ontem que, mesmo admitindo ser legítimo o movimento em torno do lançamento de candidatos à Presidência da República, o PMDB deve esperar pelo fim dos trabalhos da Constituinte para se fixar em um nome.

Segundo ele, a proposta do Governador Orestes Quércia, que quer o partido definindo logo o seu candidato, expressa a vontade de todos os brasileiros, "mas antes precisamos saber como fica o Brasil".

Fernando Henrique não acredita que, com essa proposta, o Governador de São Paulo esteja defendendo causa própria:

— Ele não precisa de defesa, pois já é um presidencialista — observou acrescentando que, dentro do PMDB, existem outros nomes em condições de disputar a Presidência.

Para ele, esse candidato não deve ser obrigatoriamente de São Paulo ou do Rio de Janeiro já que, em sua opinião, existem nomes presidenciais em outros Estados.

Sobre a conversa que manteve anteontem com o Governador Miguel Arraes, Fernando Henrique negou que tenha tentado demover o Governador da tese presidencialista. Garantiu que falou com Arraes sobre "as mesmas inquietudes de Fernando Lyra ou Orestes Quércia", ou seja, como definir uma candidatura que aglutine o partido e que leve adiante um projeto de reforma. Sem definir nomes, ele disse que já existe um perfil traçado:

— Em primeiro lugar temos que considerar que a eleição será em dois turnos. Ai nós temos que escolher qual será o alvo, o nosso adversário principal, e com quem formaremos uma aliança eventual no segundo turno. O candidato precisa estar dentro dessa perspectiva.

O Líder peemedebista admitiu a realização de um plebiscito para legitimar o parlamentarismo. Mas esse referendo — defendeu o Senador — teria que ser antecedido de um amplo debate, "até para esclarecer a opinião pública sobre o que é realmente um regime parlamentarista".

Finalmente, Fernando Henrique Cardoso admitiu, também, a existência de articulações dentro do PMDB de parlamentares — entre os quais o Deputado Fernando Lyra — dispostos a resgatar a imagem do partido ou partir para criar uma nova agremiação. Observou que, dependendo dos rumos do PMDB, esses setores — entre os quais se inclui — estarão dispostos a uma proposta alternativa. Para ele, o PMDB não pode virar um partido da máquina, "o que será a arenização do partido", concluiu.

## Governo vai influir no plenário conforme reagir a opinião pública

SALVADOR — A repercussão na opinião pública da redução para quatro anos do mandato do Presidente Sarney vai determinar o grau das iniciativas para tentar reverter no plenário a decisão da Comissão de Sistematização, segundo o Líder do Governo na Constituinte, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA):

— Se a fixação dos quatro anos de mandato desencadear, como acreditamos que ocorrerá, uma mobilização popular pelas diretas em 1988, não adianta ficar na contramão da história — disse Sant'Anna. Ele revelou que, se prevalecer essa hipótese, o Presidente e seu Governo vão se abstrair de paixões partidárias e se concentrar na execução do projeto administrativo.

Ao contrário, se a decisão da Sistematização não encontrar respaldo na opinião pública, segundo o raciocínio de Sant'Anna, vai ficar claro que o mandato de quatro anos foi estabelecido apenas em função de questões internas da Constituinte.

No entanto, o Deputado disse que, apesar de se encontrar em compasso de espera, está disposto a trabalhar com afinco para reverter, no plenário, a decisão da Comissão de Sistematização. Segundo Sant'Anna, a Sistematização, com essa decisão,



Sant'Anna: na contramão, não

"impôs uma cassação ao Presidente".

— Como a Comissão de Sistematização não representa o perfil da Constituinte, fica fácil reverter o mandato de quatro anos — disse.

Sant'Anna sustenta que a proposta parlamentarista morreu e que o Governo não tem mais por que se preocupar com ela. "Quando a Comissão de Sistematização votou os quatro anos de mandato mostrou que a proposta parlamentarista teve apenas o objetivo de manietar o Governo. Pas-

sando os quatro anos, não passa o parlamentarismo", garantiu.

O Líder do Governo disse que a nomeação para cargos de confiança do porte da Superintendência da Sudene é assunto da competência exclusiva do Presidente da República e, sendo assim, não vê o que possa ser questionado em relação à indicação do geólogo baiano Paulo Souto, pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães.

Segundo Sant'Anna, "o Governo não fará retaliações e o Governador Waldir Pires sabe disso". Ele disse que está "quase diariamente no Palácio do Planalto" e que não ouviu, até agora, "qualquer coisa contra o Presidente e a diretoria do BNDES".

Para ele, 95 por cento dos cargos da máquina administrativa federal deverão ser mantidos com seus atuais ocupantes, mas observou que "quem ocupa cargo de confiança sabe que pode ser demitido a qualquer momento".

— É óbvio que quando alguém deixa de apoiar o Governo federal deve orientar todas as pessoas que tiver indicado para o Governo a colocar seus cargos à disposição — disse.

## Figueiredo vai propor na TV que 'centro' se una em torno de um só nome

BRASÍLIA — O ex-Presidente João Figueiredo falará aos constituintes durante entrevista de uma hora e quarenta minutos que será apresentada quarta-feira pela TV-Brasília. Esta foi a maneira encontrada pelo seu coordenador de campanha, César Cals, de fazer frente ao que chamou de "precipitação dos acontecimentos", desencadeada pela decisão da Comissão de Sistematização de reduzir para quatro anos o mandato do Presidente Sarney, provocando a realização de eleições em 1988.

Figueiredo, que a princípio cumpriria uma longa agenda de contatos pessoais com parlamentares, transmitirá a todos, de uma só vez, segundo Cals, a necessidade de as forças de "centro" se unirem em torno de

um único candidato e apontarem soluções para a crise política e econômica.

Na entrevista, o ex-Presidente fala da sua administração, lembra que foi o responsável pela abertura política e aponta as falhas do SNI, antes de defender as eleições em 1988 e uma saída política "centrista".

Mesmo em ritmo intenso de campanha, pode não ser Figueiredo quem conduzirá a campanha pelo grupo, explicou César Cals:

— Temos que partir para ganhar. Bem ou mal, Figueiredo é um nome popular, que quando fala todo mundo ouve. Por isso ele deu o primeiro grito. Mas temos que sentir se o "povo" o quer como candidato.

## Sarney Filho: Parlamentarismo não vai passar

SÃO LUÍS — O Deputado Sarney Filho (PFL-MA) disse ontem, ao desembarcar no aeroporto de São Luís, que a redução do mandato do Presidente Sarney para quatro anos "foi um golpe mortal no parlamentarismo". afirmou que esse assunto é tema encerrado para o seu pai, que se sente agora desobrigado de cumprir qualquer compromisso político anteriormente assumido com a Aliança Democrática, porque a Aliança não existe mais.

— O Presidente não vai mais cuidar desse assunto. Ele havia atendido acordos com as lideranças dos partidos da Aliança a respeito de um mandato de cinco anos, que ele pessoalmente sugeriu. Mas no momento em que a Constituinte, através da Comissão de Sistematização, decidiu mudar para quatro anos, acabou-se o governo da Aliança e o Presidente vai começar o Governo do Sarney.

O parlamentar acrescentou:

— Uma coisa é certa: o Presidente não vai fazer qualquer gestão em termos da Constituinte, agora que se libertou das amarras políticas da Aliança Democrática. Sua decisão é de respeitar a soberania da Constituinte e cuidar da solução dos graves problemas nacionais.

Observou que, quanto ao parlamentarismo, ele o considera morto, depois que o mandato do Presidente José Sarney foi reduzido para quatro anos. "Isso é uma convicção que se percebe claramente no Congresso. Até mesmo muitos parlamentaristas já admitem que votarão pelo presidencialismo no plenário", afirmou Sarney Filho.

A morte do parlamentarismo, antes mesmo de nascer, na opinião do filho mais novo do Presidente da República, não significa uma vitória de seu pai. "A vitória é do povo brasileiro, que não acataria na Constituição a volta das eleições indiretas, pois o que todos querem é votar para um presidente que vá realmente dirigir os destinos da nação", explicou.

Perguntado sobre quando o Presidente deve começar a fazer a reforma ministerial para implantar o seu governo livre da Aliança Democrática, Sarney Filho disse que Sarney não prometeu fazer reforma ministerial, mas sim fazer o seu governo "sem as amarras dos partidos". A Aliança Democrática foi criada para operar a transição, mas no momento em que a Constituinte evoca para si os compromissos da Aliança, o Presidente se acha desobrigado de cumprir qualquer compromisso político", observou.